



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 05 | maio 2021



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEAR I

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais
Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: maio de 2021

Elaborado com informação disponível até ao dia 31 de maio.

Editores:

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Rua da Alfândega 5-A

1110 - 016 Lisboa

Telefone: +351 21 882 33 90

URL: <http://www.gpeari.gov.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.gov.pt

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-057 Lisboa

Telefone: +351 21 792 13 72

URL: <http://www.gee.gov.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

ISSN: 1848-11012



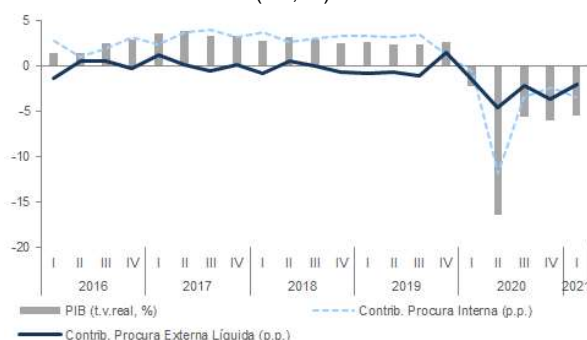
(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

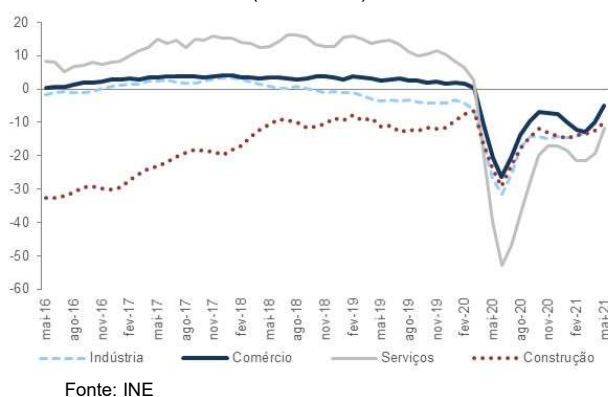
As contas nacionais trimestrais do INE para o primeiro trimestre de 2021 apresentam uma contração homóloga real do PIB de 5,4% (-6,1% no quarto trimestre de 2020). Segundo o INE, esta variação resultou de um contributo mais negativo da procura interna, parcialmente compensada pelo contributo menos negativo da procura externa líquida. Face ao trimestre precedente registou-se uma contração de 3,3% em termos reais.

Figura 2.1. Produto Interno Bruto
(VH, %)



De acordo com os dados publicados pelo INE, o indicador de clima económico, em maio, registou uma melhoria significativa, superando ligeiramente o nível observado no início da pandemia (março de 2020)

Figura 2.2. Indicadores de confiança
(SRE, MM3)



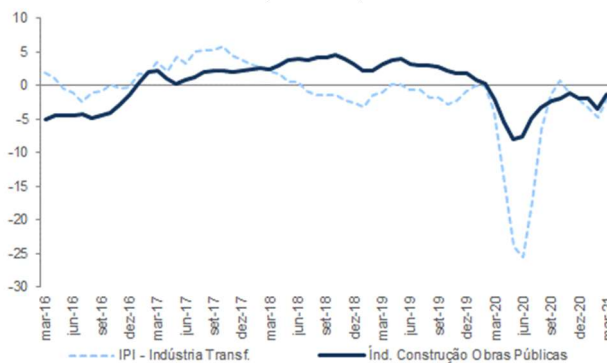
De acordo com o INE, em maio, observou-se uma melhoria, em termos mensais, dos indicadores de confiança de todos os setores considerados: indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e serviços. Apenas o indicador de confiança dos serviços não superou o nível registado em março de 2020.

No primeiro trimestre de 2021, o indicador de atividade económica registou uma queda de 1,2% (que compara com uma queda de 1,5% no quarto trimestre de 2020).

Numa perspetiva setorial, os dados, em termos médios homólogos, mostram que:

- Na indústria transformadora, no primeiro trimestre de 2021, o índice de volume de negócios apresentou uma redução de 0,8% (-6,7% no quarto trimestre de 2020) e o índice de produção apresentou uma queda de 2,2% (-1,4% no quarto trimestre de 2020);
- No setor da construção e obras públicas, o índice de produção registou uma queda de 1,4% no primeiro trimestre de 2021 (-2,6% no quarto trimestre de 2020);
- No setor dos serviços, o índice de volume de negócios apresentou uma contração de 12,7% no primeiro trimestre de 2021 (-13,4% no quarto trimestre de 2020);
- No setor do comércio a retalho, o índice de volume de negócios registou um crescimento de 4,6% no trimestre terminado em abril (-8,1% no primeiro trimestre).

Figura 2.3. Índices de Produção
(VH, MM3)



Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	2020	2020				2021	2021				
			1T	2T	3T	4T		jan	fev	mar	abr	mai
PIB – CN Trimestrais	VH Real	-7,6	-2,2	-16,4	-5,6	-6,1	-5,4	-	-	-	-	-
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	-0,6	18	-4,7	-0,7	-0,3	-12	-0,9	-18	-0,9	0,8	18
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	-16,6	-6,1	-31,7	-14,3	-14,3	-12,9	-15,1	-13,9	-9,6	-6,7	1,7
Indicador de Confiança do Comércio	"	-10,9	0,2	-26,3	-9,7	-7,6	-12,7	-12,2	-15,5	-10,4	-4,2	-0,6
Indicador de Confiança dos Serviços	"	-23,8	2,7	-52,9	-27,7	-17,2	-21,5	-17,6	-27,4	-19,4	-11,2	-4,4
Indicador de Confiança da Construção	"	-16,0	-6,4	-29,1	-14,4	-14,1	-13,4	-13,0	-13,6	-13,6	-10,6	-5,6
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	-8,2	-3,7	-25,8	-14	-19	-2,2	-5,4	-5,9	5,7	:	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	-11,3	-3,1	-28,0	-6,5	-6,8	-12	-12,2	-6,1	15,9	:	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	-15,7	-4,2	-30,8	-14,4	-13,4	-12,7	-16,4	-19,9	0,7	:	:

Fonte: INE.

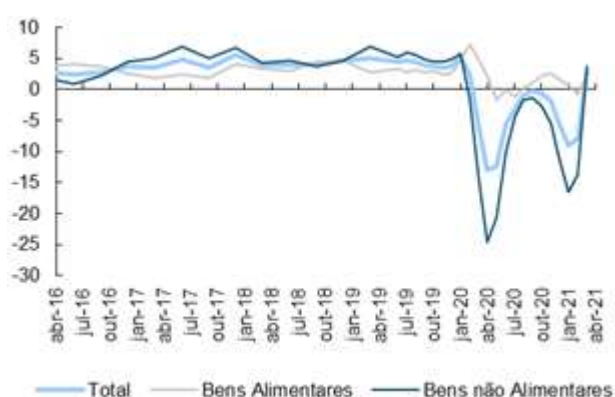
Consumo Privado

De acordo com as contas nacionais trimestrais do INE, o consumo privado no primeiro trimestre de 2021 apresentou uma quebra de 6,9% em volume, em termos homólogos, o que representa um agravamento face ao observado no trimestre anterior (-4,6%). Para esta evolução contribuiu fortemente a acentuação da quebra sentida ao nível dos bens não duradouros não alimentares e serviços, bem como dos bens duradouros.

O índice de volume de negócios no comércio a retalho passou de uma variação homóloga de 1,7% em março para 28,3% em abril, refletindo a forte recuperação nas vendas dos bens não alimentares (efeito base face ao primeiro mês completo de confinamento em 2020), tendo estas registado um aumento de 47,1%, (5,5% em março) e as de bens alimentares um aumento de 11,4% (-2% no mês precedente).

Em média, nos últimos três meses, o índice apresentou um crescimento de 3% em março, o que se traduz num aumento significativo em relação ao mês anterior (-7,8%).

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho
(MM3, VH)



Fonte: INE.

Em abril, o indicador de confiança dos consumidores voltou a aumentar, à semelhança do mês anterior, situando-se perto do nível observado em 2020. A evolução do mês em causa reflete o contributo positivo de todas as componentes, com exceção das opiniões sobre a evolução passada da situação financeira do agregado familiar, que registaram um contributo nulo.

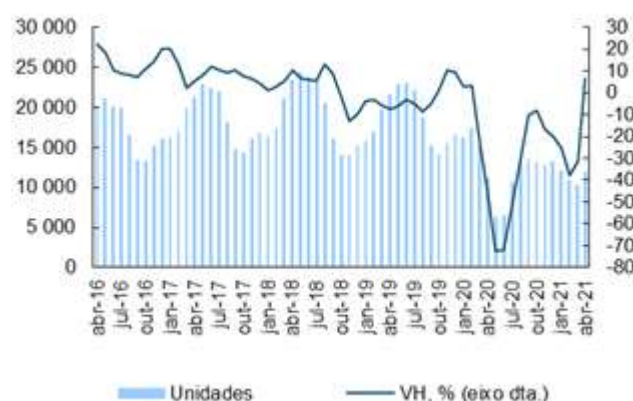
Figura 2.5. Índice de confiança dos consumidores e Oportunidade de aquisição de bens duradouros
(SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em abril de 2021 foram vendidos 14 809 veículos ligeiros de passageiros, mais 2 110 unidades do que em março e mais 12 060 unidades do que em abril de 2020, correspondendo a um crescimento homólogo de 438,7%.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros
(MM3)



Fonte: ACAP

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	2020	2020				2021	2020			2021		
			1T	2T	3T	4T		dez	jan	fev	mar	abr	
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	-5,9	-0,4	-14,4	-4,0	-4,6	-6,9	-	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	-8,1	-9,9	-33,1	-26,3	-26,2	-23,0	-24,3	-23,1	-25,8	-20,2	-17,1	-
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SRE-VE	4,2	3,3	-48,1	-29,4	-19,1	-28,2	-27,0	-18,1	-31,0	-35,5	-28,3	-
Índice de Vol. de Negócios no Comércio a Retalho*	VH	0,6	2,3	-12,5	-1,0	-2,0	-7,8	-2,5	-10,7	-14,2	1,7	28,3	-
Bens Alimentares	VH	1,8	7,3	-1,7	0,1	2,6	-0,9	2,9	0,9	-1,4	-2,0	11,4	-
Bens não Alimentares	VH	-0,4	-1,6	-20,8	-1,8	-5,5	-13,7	-6,9	-18,1	-24,1	5,5	47,1	-
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	-6,3	-23,8	-71,7	-10,2	-20,1	-31,5	-19,6	-30,5	-59,0	19,8	438,7	-
Importação de Bens de Consumo***	VH	0,4	1,8	-14,2	-7,6	-5,9	-9,2	-4,0	-17,1	-13,5	3,5	-	-

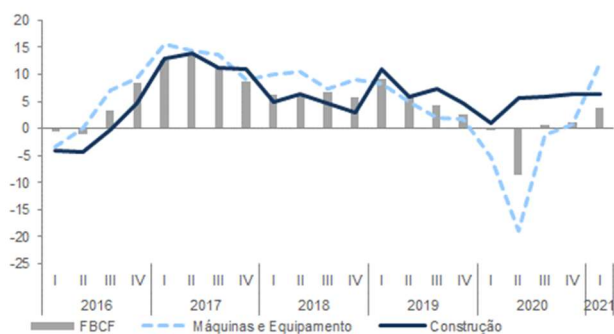
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; de acordo com a nova base 2015=100; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Fontes: INE e ACAP

Investimento

De acordo com as contas nacionais trimestrais do INE, no primeiro trimestre de 2021, a FBCF, em termos homólogos, registou um crescimento de 3,7% (que compara com um crescimento de 1% no quarto trimestre de 2020). Registou-se um crescimento no investimento em construção e em outras máquinas e equipamentos (6,4 % e 12,2%, respetivamente) e uma diminuição de 25,9% no investimento em equipamentos de transporte.

Figura 2.7. FBCF e componentes
(VH, %)

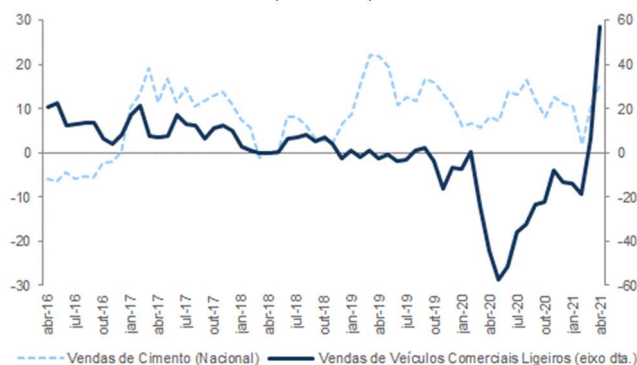


Fonte: INE.

Os dados disponíveis do trimestre terminado em abril, em termos homólogos, mostram que:

- As vendas de cimento apresentaram um crescimento de 16% (10,8% no primeiro trimestre);
- As vendas de veículos comerciais ligeiros registaram um crescimento de 57,1% (6,4% no primeiro trimestre);
- As vendas de veículos comerciais pesados registaram um crescimento de 101,1% (29,1% no primeiro trimestre).

Figura 2.8. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)

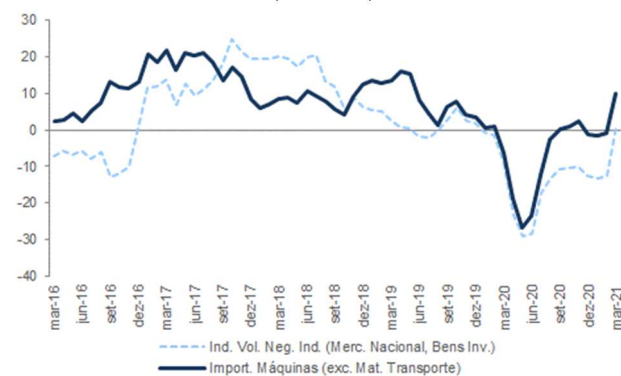


Fonte: ACAP, Secil, Cimpor.

No primeiro trimestre de 2021, em termos médios homólogos, observou-se que:

- as importações de máquinas e outros bens de capital, exceto material de transporte, registaram um crescimento de 9,6% (melhoria de 10,2 p.p. face ao observado no quarto trimestre de 2020);
- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento para o mercado nacional registou um crescimento de 1,1% (melhoria de 14,4 p.p. face ao valor registado no quarto trimestre de 2020);
- as licenças de construção de fogos registaram um crescimento de 2,8% (redução de 5,7 p.p. face ao registado no quarto trimestre de 2020).

Figura 2.9. Bens de Investimento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

Indicador	Unidade	2020	2020				2021	2020	2021			
			1T	2T	3T	4T	1T	dez	jan	fev	mar	abr
FBC – CN Trimestrais	VH Real	-15,0	-2,4	-10,0	-7,2	0,8	3,5	-	-	-	-	-
da qual, FBCF	VH Real	-4,7	-0,3	-8,6	0,7	1,0	3,7	-	-	-	-	-
Indicador de FBCF	VH/mm3	44 166,0	-0,8	-10,1	14	1,1	3,4	1,1	0,0	-19	3,4	:
Vendas de Cimento	VH	-6,7	5,6	13,7	11,7	11,2	10,8	6,7	-2,8	2,4	31,0	13,3
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	10,6	-24,0	-51,5	-23,4	-13,1	6,4	-19,1	-19,2	-17,8	87,7	203,4
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	-28,3	-32,8	-68,2	6,0	-8,4	29,1	-18,6	-10,9	25,0	107,1	283,3
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	8487,9	805,0	246,5	642,4	578,2	596,8	-8,2	3,7	-12,1	-33,7	0,9
Licenças de Construção de fogos	VH	-28,0	2,1	7,9	-0,2	12,5	3,3	38,3	-19,2	-20,3	67,3	:
Importações de Bens de Capital**	VH	5,4	-6,1	-23,4	0,1	-1,1	10,0	-5,7	-3,5	7,5	27,3	:
Índice Vol. Negócios do CG de Bens de Inv. ***	VH	-7,7	-8,3	-28,2	-10,7	-12,7	1,1	-16,3	-14,6	-6,3	26,8	:

*No Comércio por Grosso; ** Excepto Material de Transporte; *** Para o Mercado Nacional. Fonte: INE, CIMPOR, SECIL e ACAP.

Contas Externas

De acordo com as contas nacionais trimestrais do INE referente ao comércio internacional de bens e serviços, no primeiro trimestre de 2021, em termos homólogos reais, registou-se uma redução nas exportações de 9,4% e uma diminuição nas importações de 4,5% (-14,3% e -6,1% no quarto trimestre de 2020, respetivamente).

Figura 2.10. Comércio Internacional de Bens e Serviços

(VH, %)



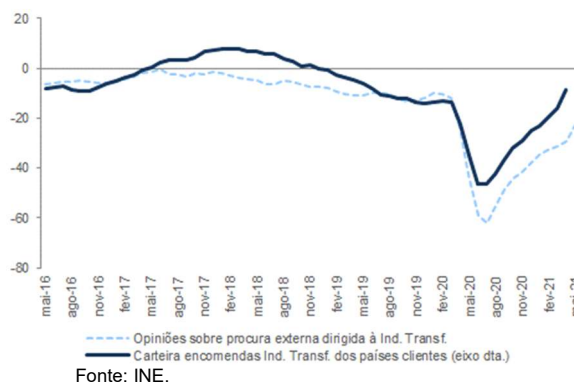
No primeiro trimestre e em termos médios homólogos nominais:

- nas exportações de bens, verificou-se uma variação de 6,5% na componente intracomunitária (-2,3% no quarto trimestre de 2020) e de 6,1% na componente extracomunitária (-6,1% no quarto trimestre de 2020);
- nas importações de bens, verificou-se uma variação de -3,6% no mercado intracomunitário (-7% no quarto trimestre de 2020) e de -11,3% no mercado extracomunitário (-20% no quarto trimestre de 2020);
- a taxa de cobertura do comércio internacional de bens situava-se nessa altura em 85,7% (76,1% em igual período de 2020).

No trimestre terminado em abril, as opiniões relativas à carteira de encomendas da indústria transformadora continuaram a recuperação, superando o nível registado no início da pandemia (março de 2020).

As opiniões sobre a procura externa dirigida à indústria transformadora, no trimestre terminado em maio, continuaram a recuperação iniciada em julho de 2020, após os agravamentos verificados entre março e junho desse ano.

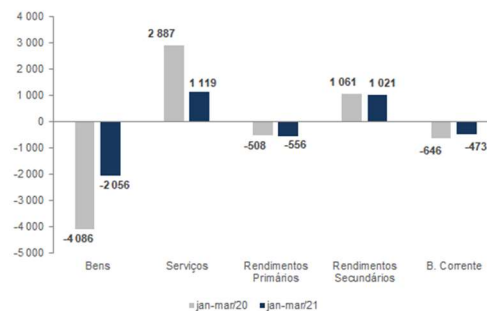
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria
(SRE, MM3)



De acordo com o INE, no mês de abril, o setor do alojamento turístico registou um crescimento de 762,6% no número de hóspedes totais e de 510,8% nas dormidas (517% nos residentes e 496,5% nos não residentes) relativamente ao mesmo mês de 2020, quando praticamente a atividade turística cessou.

Até março de 2021, o défice acumulado da balança corrente situou-se em 473 milhões de euros, representando uma melhoria de 173 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma deterioração dos saldos da balança de serviços e das balanças de rendimentos primários e secundários, compensada por uma melhoria no saldo da balança de bens.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



No mesmo período, registou-se uma capacidade de financiamento da balança corrente e de capital de 181 milhões de euros (o que representa uma melhoria na capacidade de financiamento em 66 milhões de euros face ao mesmo período de 2020).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	2020	2020				2021	2020		2021		
			1T	2T	3T	4T	1T	nov	dez	jan	fev	mar
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	-18,6	-5,3	-39,2	-16,0	-14,3	-9,4	-	-	-	-	-
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	-119	-18	-29,1	-11,1	-6,1	-4,5	-	-	-	-	-
Saldo de Bens e Serviços*	% PIB	-2,0	0,0	-0,8	-12	-2,0	-2,4	-	-	-	-	-
Capacidade de financiamento da economia*	% PIB	0,1	12	10	0,1	0,1	:	-	-	-	-	-
Salidas de Bens	VH nom	-10,3	-3,3	-31,0	-2,6	-3,5	6,2	-0,7	-7,8	-10,0	2,6	28,8
Entradas de Bens	VH nom	-15,6	-4,6	-34,0	-12,8	-10,4	-5,3	-12,6	-6,9	-16,5	-10,4	12,2

* Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre. Fonte: INE.

Indicador	Unidade	2020	2020				2021	2020	2021	Dif.
			1T	2T	3T	4T	1T	jan-mar	jan-mar	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	256	15	-1384	988	537	181	15	181	66
Saldo Balança de Bens	"	-12 186	-4 086	-2 667	-2 605	-2 828	-2 056	-4 086	-2 056	2 029
Saldo Balança de Serviços	"	8 603	2 887	145	2 766	1806	1119	2 887	1119	-1768
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	-3 034	-508	-1429	-756	-342	-556	-508	-556	-47
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	4 240	1061	945	1443	1091	1021	1061	1021	-40

Fonte: BdP.

Mercado de Trabalho

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, a taxa de desemprego em abril de 2021 foi de 6,9%, um aumento de 0,3 p.p. relativamente ao mês anterior, igual por comparação com três meses antes e 0,5 p.p. superior relativamente a abril de 2020.

Figura 2.13. Emprego e Taxa da Desemprego

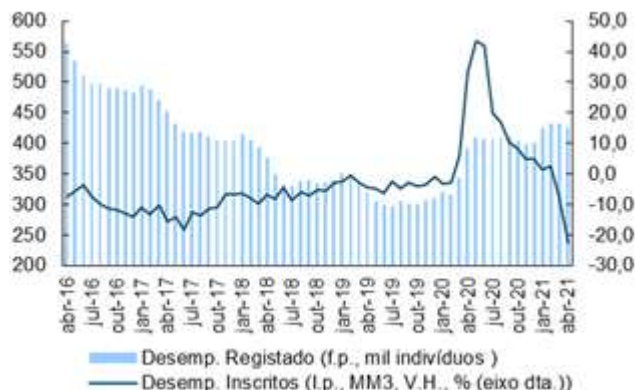


Fonte: INE

No final de abril, estavam registadas, nos centros de emprego, 423 888 pessoas desempregadas, o que corresponde a um aumento de 8% (mais 31 565 pessoas) face a abril de 2020. Em termos mensais, a evolução é positiva, com menos 8 963 desempregados (-2,1%).

O aumento dos desempregados inscritos é mais expressivo no setor dos serviços (com uma subida homóloga de 9,6%), nomeadamente nas atividades de alojamento, restauração e similares (mais 22,4%), transportes e armazenagem (mais 17,7%) e Comércio por grosso e a retalho (mais 9,8%).

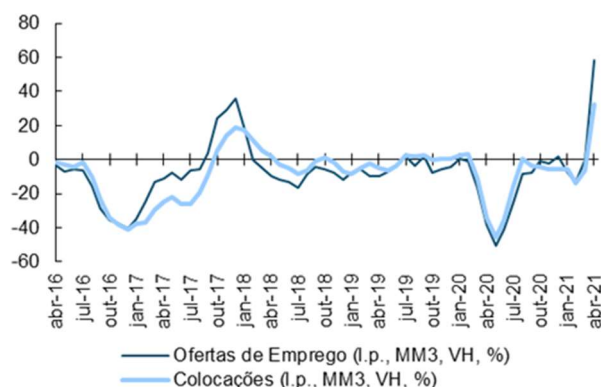
Figura 2.14. Desemprego



Fonte: IEFP.

As ofertas de emprego por satisfazer, no final de abril, foram de 16 862, traduzindo uma variação anual de 54,1% e mensal de 17,3%. Nos últimos três meses, o número de desempregados inscritos diminuiu, em média, 22,7% em abril (-6,9% e 2,6%, nos trimestres terminados em março e fevereiro, respetivamente), sendo que a cobertura das colocações diminuiu 4,7 p.p. em relação ao mês anterior, passando para 60% das ofertas de emprego.

Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

Indicador	Unidade	2020	2020				2021	2020	2021			
			1T	2T	3T	4T	1T	dez	jan	fev	mar	abr
Taxa de Desemprego*	%	6,8	6,8	5,7	8,0	7,3	7,1	6,9	6,9	6,8	6,6	6,9
Emprego Total*	VH	-2,0	0,1	-3,6	-3,1	-1,2	-1,3	-1,3	-2,2	-1,4	-0,3	1,2
Desemprego Registrado (f.p.)	VH	-10,7	3,0	36,4	36,1	29,6	25,9	29,6	32,4	36,8	25,9	8,0
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	-1,4	6,2	41,8	10,4	4,9	-6,9	8,4	-4,8	6,1	-18,7	-43,2
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	-1,1	-16,3	-41,3	-7,9	1,7	-0,1	9,0	-18,6	-22,3	58,1	310,8
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	8,6	7,6	14,2	6,0	6,8	:	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	2,6	3,3	4,0	1,3	2,6	:	-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

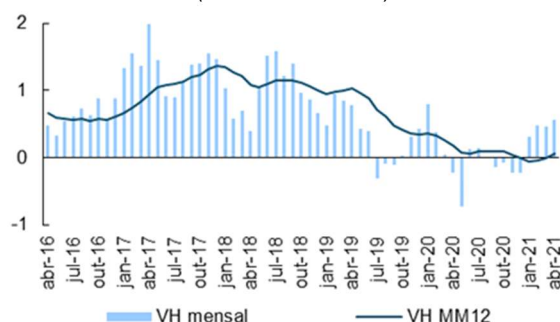
Fontes: INE, IEFP, MTSS e Eurostat

Preços

No mês de abril, a variação homóloga do índice de preços no consumidor (IPC) foi 0,6%, 0,1 p.p. superior à registada no mês anterior. Todavia, enquanto a taxa de variação na componente de bens foi de 1,4% (0,4% em março), a taxa de variação nos serviços foi de -0,7% (0,5% no mês anterior).

Em termos mensais, a variação do IPC foi de 0,4% (1,4% no mês precedente e 0,3% em abril de 2020). A variação média do índice nos últimos doze meses foi 0,1%, (nula em março).

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH e VH MM12, %)

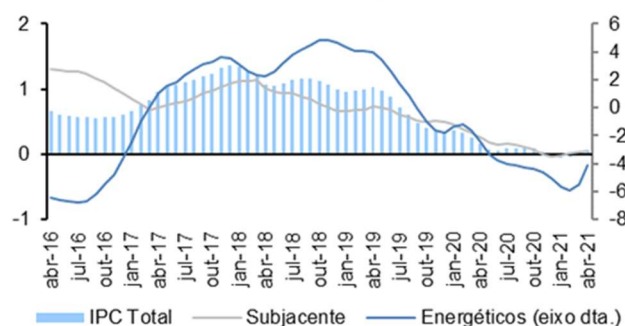


Fonte: INE.

O indicador de inflação subjacente (índice total excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos) registou uma variação homóloga de 0,1% (igual ao mês anterior). O índice referente aos produtos alimentares não transformados registou uma redução para -1,1% (1,3% em março), enquanto o agregado relativo aos produtos energéticos aumentou para 8,1% (2,4% no mês precedente).

Em média, nos últimos doze meses, o IPC subjacente foi nulo em abril (igual ao mês anterior), com uma variação média de 3,1% nos produtos alimentares não transformados e de -4,1% nos produtos energéticos.

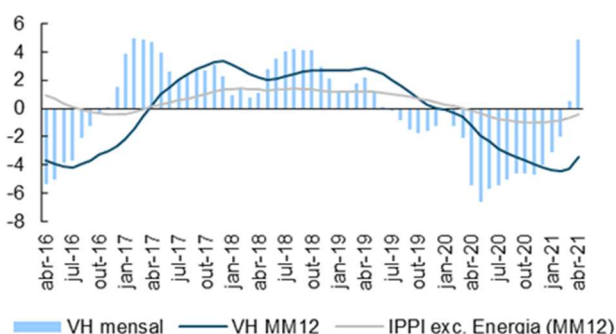
Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



Fonte: INE

Em abril, o índice de preços na produção industrial (IPPI) apresentou uma variação homóloga de 4,9% (ou seja, uma aceleração de 4,4 p.p. face a março), e no qual o agrupamento de energia, observa uma variação homóloga de 17,3% (-3,4% no mês anterior). Excluindo este agrupamento, a variação dos preços na produção industrial foi 2,3% (1,4% no mês anterior).

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

Indicador	Unidade	2020	2020						2021		
			ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr
Índice de Preços no Consumidor	VC	-0,2	-0,3	1,0	0,1	-0,3	-0,1	-0,3	-0,5	1,4	0,4
Índice de Preços no Consumidor	VH	0,0	0,0	-0,1	-0,1	-0,2	-0,2	0,3	0,5	0,5	0,6
Índice de Preços no Consumidor	VM12	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	-0,1	0,0	0,0	0,1
IPC - Bens	VH	-0,5	-0,1	-0,3	-0,3	-0,4	-0,5	0,3	0,5	0,4	1,4
IPC - Serviços	"	0,7	0,1	0,0	0,2	0,1	0,2	0,4	0,6	0,5	-0,7
IPC Subjacente*	"	0,0	-0,1	-0,2	-0,1	-0,2	-0,1	0,6	0,7	0,1	0,1
Índice de Preços na Produção industrial	VH	-4,2	-5,0	-4,6	-4,6	-4,7	-4,1	-3,1	-2,0	0,5	4,9
IHPC	"	-0,1	-0,2	-0,8	-0,6	-0,4	-0,3	0,2	0,3	0,1	-0,1
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	-0,4	0,0	-0,5	-0,3	-0,1	0,0	-0,7	-0,6	-1,2	-1,7

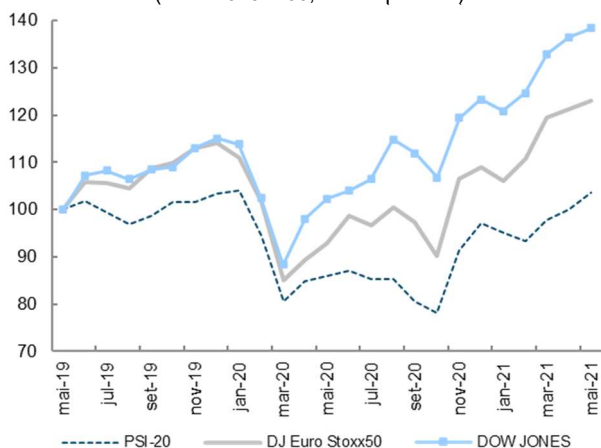
* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Fontes: INE

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Os índices bolsistas internacionais continuaram a evoluir favoravelmente. Os investidores mostraram-se divididos neste mês entre a melhoria nos indicadores de atividade económica e os receios quanto aos contágios de COVID-19, num contexto de alguns riscos de sobreaquecimento da economia norte-americana.

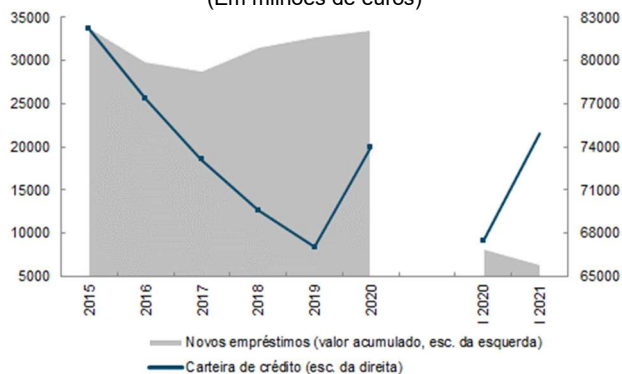
Figura 2.19. Índices Bolsistas
(maio 2019=100, fim do período)



Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para maio de 2021, o valor é do dia 26.

Em março de 2021, a carteira de crédito às sociedades não financeiras aumentou para 11,1% em termos homólogos (10,4% em 2020) devido à concessão de linhas de crédito com garantias públicas destinadas a mitigar o efeito da pandemia e à atribuição de moratórias que adiam a amortização de créditos.

Figura 2.20. Empréstimos bancários às Sociedades não financeiras
(Em milhões de euros)

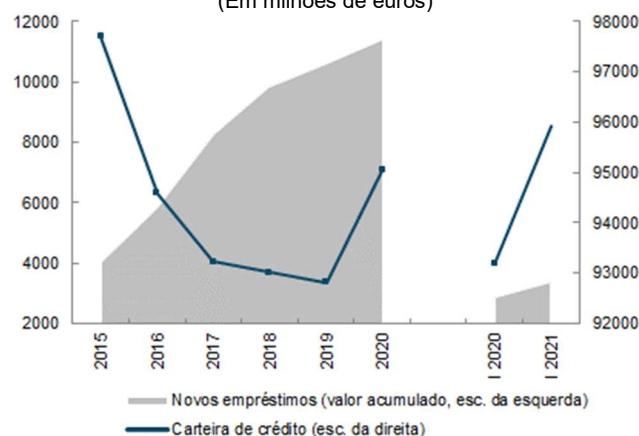


Fonte: Banco de Portugal.

Para os particulares, a carteira de crédito à habitação aumentou para 3% em termos homólogos em março de 2021 (2,4% em 2020) e os novos empréstimos concedidos neste segmento foram de 3,3 mil milhões de euros no primeiro trimestre de 2021 (2,8 mil milhões no período homólogo de 2020) representando um crescimento de quase 18%.

O montante de empréstimos abrangidos por moratórias bancárias (públicas e privadas) em Portugal caiu para 41,9 mil milhões de euros em março de 2021 (45,6 mil milhões em fevereiro), devido sobretudo ao segmento dos particulares, nomeadamente do crédito à habitação. Este comportamento deve-se ao fim das moratórias privadas, com efeitos em março e abril. Do lado das empresas, o montante baixou para 23,9 mil milhões de euros (32% da carteira de crédito).

Figura 2.21. Empréstimos bancários a particulares para Habitação
(Em milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal.

Quanto às taxas de juro de novos empréstimos, estas aceleraram em março de 2021, tanto para as empresas, como para os particulares, tendo o da habitação subido para 0,84% (invertendo a descida registada entre julho de 2020 e fevereiro deste ano).

A taxa de juro soberana das *yields* da Alemanha a 10 anos subiu ligeiramente para -0,17% em maio de 2021 (dia 25) face ao final do mês de abril (-0,2%) e os prémios de risco de alguns países periféricos da área do euro (Portugal e Espanha) diminuíram ambos, para 66 p.b. (68 p.b., no final de abril).

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

	Unidade	2020	2020					2021			
			ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr
Yield OT 10 anos PT*	%	0,061	0,441	0,260	0,15	0,035	0,061	0,044	0,322	0,227	0,470
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha	p.b.	64	84	78	74	61	64	56	58	52	68
PSI 20*	VC	-6,1	0,1	-5,4	-3,0	16,7	6,4	-2,1	-19	4,8	2,5
Empréstimos a particulares: - para habitação	va	2,3	18	2,0	19	2,0	2,3	2,5	2,7	3,0	:
- para consumo	va	0,5	3,5	2,5	2,1	1,7	0,5	-0,5	-1,7	-1,3	:
Empréstimos a empresas	va	9,7	7,8	8,4	8,2	8,6	9,7	9,9	11,2	10,0	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação	%	100	108	105	104	102	100	0,98	0,97	0,95	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas	%	2,08	2,15	2,13	2,13	2,12	2,08	2,08	2,06	2,04	:

* Fim de período. Fontes: IGCP; CMVM e BdP.

Finanças Públicas

No fim do mês de abril de 2021, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um défice de 4 845 milhões de euros (um agravamento homólogo de 3 148 milhões de euros), onde a quebra de 6,3% da *Receita Efetiva* foi conjugada com o crescimento de 5,2% na *Despesa Efetiva*. Estes resultados contêm os impactos do surto de COVID-19 que se fez sentir em Portugal a partir do mês de março do ano passado, bem como das políticas subsequentemente implementadas para controlo da doença e estabilização macroeconómica.

A evolução da receita, que diminuiu 1 677 milhões de euros face ao mesmo período de 2020, resultou sobretudo da diminuição da *Receita Fiscal* (-9,9%) e das *Outras Receitas Correntes* (-13,8%). Do lado da despesa, que aumentou 1 470 milhões de euros, destaca-se o crescimento das *Despesas com Pessoal* (4,6%) em parte devido à política de promoção salarial das Administrações Públicas, a que se junta o reforço das equipas de saúde para o combate ao surto de COVID-19, e o crescimento das *Transferências Correntes* (11,5%). Por outro lado, as despesas com *Juros* e as *Aquisição de Bens e Serviços* registaram contrações de 0,9% e 6,6% respetivamente. Tudo isto levou a que o *Saldo Primário* se reduzisse em 3 177 milhões de euros face ao final de abril do ano passado, registando um défice de 1 651 milhões de euros.

Por subsectores, a Administração Central apresentou um défice de 5 346 milhões de euros, a Segurança Social um excedente de 226 milhões de euros e a Administração Regional e Local um excedente no valor de 275 milhões de euros.

Administração Central

Em abril, o saldo orçamental da Administração Central registou um défice de 5 346 milhões de euros, um agravamento de cerca de 2 317 milhões de euros em termos homólogos. O saldo primário também registou um défice, de 2 179 milhões de euros quando comparativamente no período homólogo registou-se um excedente de 170 milhões de euros.

Esta evolução é explicada pela redução da *Receita Efetiva* (queda de 10,2%) conjugada com o aumento da *Despesa Efetiva* (1,9%). Para o comportamento da receita, salientam-se as quedas da *Receita Fiscal* (-10,3%) assim como das *Outras Receitas Correntes* (-23,2%). Em sentido contrário, registou-se o crescimento das contribuições sociais (2%). Do lado da despesa, é de salientar o aumento das *Despesas com o Pessoal* (5,1%), assim como das *Transferências Correntes* (4,3%). Por outro lado, registam-se as quebras nas *Aquisições de Bens e Serviços* (-9,1%) e dos *Juros e Outros Encargos* (-1%).

Por subsectores, o subsector Estado registou em abril um défice de 5 679 milhões de euros (um agravamento de 2 296 milhões face ao período homólogo), e um défice primário de 2 570 milhões de euros (agravamento de 2 310 milhões de euros face ao período homólogo). Para estes resultados contribuem a queda de 10% da *Receita Fiscal* tendo os *Impostos Diretos* caído 5,5%, com a queda no *IRC* (19,1%) conjugada com a diminuição do *IRS* (3,4%). Os *Impostos Indiretos* caíram 12,6%, para o qual contribuiu a diminuição do *ISV* (-25,5%), do *IVA* (-10,4%) e do *IABA* (-22,7%), do *Imposto sobre o Tabaco* (-21,4%), do *Imposto do Selo* (-4,8%), bem como do *IUC* (-11,1%).

Relativamente à *Receita Não Fiscal*, esta diminuiu 30,7%, devido essencialmente à queda das *Taxas Multas e Outras Penalidades* (-13,5%) e nos *Rendimentos de Propriedade* (-85,2%)

O subsector dos Serviços e Fundos Autónomos (incluindo EPR) apresentou um excedente de 334 milhões de euros, uma deterioração de 21 milhões de euros face ao verificado no período homólogo. A diminuição da receita (0,5%) é justificada pela diminuição da *Receita Fiscal* (-28,1%), e das *Taxas Multas e Outras Penalidades* (-8%) que mais que compensaram o crescimento das *Transferências da Administração Central* (5,4%) e das *Contribuições Sociais* (1,9%). Do lado da despesa, que caiu 0,3%, são de registar os aumentos da *Despesa com Pessoal* (7,2%) que foi mais que compensada pelas diminuições da *Aquisição de Bens e Serviços* (-10,1%) e das *Despesas de Capital* (-8,2%).

Quadro 2.8. Execução Orçamental da Adm. Central

	2020	2021	2021	
	jan a abr		mar	abr
	10º euros		VHA (%)	
Receita Efetiva	18 719	16 811	-9,2	-10,2
Impostos diretos	4 765	4 504	-1,8	-5,5
Impostos indiretos	8 649	7 524	-15,2	-13,0
Despesa Efetiva	21 748	22 156	1,4	1,9
Despesa com pessoal	5 158	5 422	4,6	5,1
Aquisição bens e serviços	3 024	2 750	-12,7	-9,1
Juros	3 199	3 167	-4,0	-1,0
Despesa Capital	1 551	1 474	-13,4	-5,0
Investimento	1 033	1 029	-12,0	-0,4
Saldo Global	-3 029	-5 346	-	-
Saldo Primário	170	-2 178	-	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.9. Execução Orçamental SFA e EPR

	Serviços e Fundos Autónomos				dos quais: Empresas Públicas Reclassificadas						
	2020		2021		2020		2021				
	jan a abr				jan a abr						
	10º euros		Grau de execução (%)		VHA (%)		10º euros		Grau de execução (%)		VHA (%)
Receita Efetiva	10 466	10 405	27,2	-0,5	3 343	3 260	24,7	-2,4			
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	1 196	12 19	31,7	19	-	-	-	-			
Transferências correntes das Adm. Públicas	6 421	6 756	34,5	5,2	281	381	31,7	35,8			
Despesa Efetiva	10 127	10 071	26,4	-0,3	3 884	3 611	26,3	-6,7			
Despesa com pessoal	2 305	2 463	28,8	7,2	1364	1475	29,6	8,7			
Aquisição de bens e serviços	2 773	2 484	25,4	-10,1	1362	1037	24,1	-23,3			
Transferências correntes	3 469	3 469	28,6	0,0	20	16	20,6	-20,2			
Saldo Global	339	334	-	-	- 541	- 351	-	-			

Fonte: DGO.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

A execução financeira do SNS em abril registou um défice de 265 milhões de euros, o que representa um agravamento de 116 milhões de euros face ao verificado no período homólogo.

A receita total aumentou 2,7%, atingindo 3 653 milhões de euros, justificado pelo crescimento de 3,5% das *Transferências do Orçamento do Estado* que se fixaram em 3 516 milhões de euros. Refira-se que estas transferências constituíram 96,3% do total da receita.

A despesa total aumentou 5,7% em termos homólogos, atingindo 3 918 milhões de euros. Para esta variação contribuiu o aumento de 10,3% nas *Despesas com Pessoal* e de 5,1% da despesa com *Aquisição de Bens e Serviços*. Relativamente a esta componente, evidenciaram-se os crescimentos de 18% nos *Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica*; de 0,6% nas *Parcerias público-privadas* e de 3,8% na *Aquisição de Bens (compras de inventários)*. Em sentido oposto, assistiu-se a uma diminuição de 6,2% nos *Produtos Vendidos em Farmácias*.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS

	Serviço Nacional de Saúde			
	2020		2021	
	jan a abr			
	10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)
Receita Total	3 557	3 653	2,7	31,7
Receita fiscal	31	27	-12,2	22,2
Outra receita corrente	3 510	3 611	2,9	32,3
Transferências correntes do OE	3 398	3 516	3,5	-
Receita de capital	16	15	-8,6	6,9
Despesa Total	3 706	3 918	5,7	33,8
Despesa com pessoal	1 537	1 695	10,3	35,2
Aquisição de bens e serviços	2 007	2 109	5,1	32,9
Despesa de capital	72	46	-36,4	15,7
Saldo Global	- 149	- 265	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

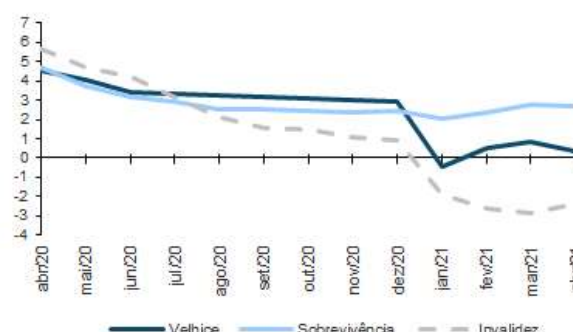
Segurança Social

No fim do mês de abril, a Segurança Social apresentou um excedente de 226 milhões de euros, uma deterioração de 921 milhões de euros face ao verificado no período homólogo.

A receita efetiva cresceu 4,3% em termos homólogos. Para tal, contribuiu a subida das receitas com *Contribuições e quotizações* (0,7%), assim como das *Transferências do Orçamento do Estado* (9%). É de salientar que das *Transferências do Orçamento do Estado*, as transferências referentes ao *Financiamento da Lei de Bases da Segurança Social* registaram um aumento de 1,6%, com o *IVA Social* a crescer 3,6%. É ainda de salientar que houve transferência de 216 milhões de euros referente às *Medidas Excecionais e Temporárias (COVID-19)*, que não se verificaram no período homólogo.

A despesa efetiva aumentou 15,5% reflexo fundamentalmente do aumento da despesa com *Pensões* (2,9%), assim como com as *Prestações de Desemprego* (39,3%) e com o *Subsídio por Doença* (1%). Ainda de realçar a despesa de 1 059 milhões de euros referente a *medidas excecionais e temporárias (COVID-19)*, que se excluísse, permitiriam que o excedente fosse maior (1 285 milhões de euros).

Figura 2.22. Despesa em Pensões da Segurança Social (VHA, em %)



Nota: Não inclui a atualização extraordinária das pensões.
Fonte: DGO.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2019		2020	
	jan a abr			
	10 ⁶ euros		VHA	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	9 805	10 228	4,3	32,3
Contribuições e quotizações	5 956	6 000	0,7	31,7
Transferências correntes da Administração Central	2 906	3 162	8,8	31,5
Despesa Efetiva	8 658	10 002	15,5	32,5
Pensões	5 106	5 256	2,9	28,2
Subsidio de desemprego e apoio ao emprego	433	603	39,3	36,7
Outras Prestações Sociais	1 986	2 954	48,7	31,0
Saldo Global	1 147	226	-	-

Fonte: DGO

Administração Regional

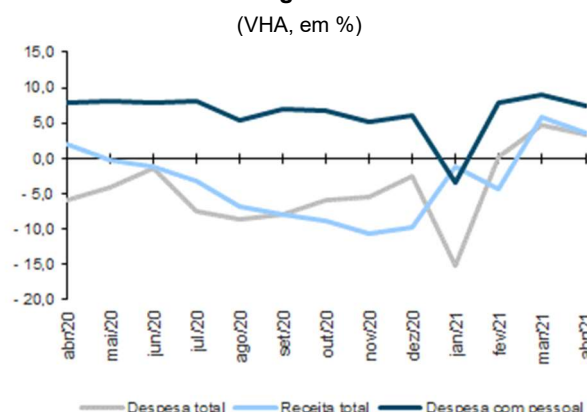
Em abril, a Administração Regional apresentou um saldo positivo de 91 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 4 milhões de euros em termos homólogos. Esta evolução é explicada pelo crescimento da *Receita Efetiva* (3,5%) que mais que compensou o aumento da *Despesa Efetiva* (3,4%).

Ao excedente de 26 milhões de euros da Região Autónoma da Madeira juntou-se o excedente de 65 milhões de euros da Região Autónoma dos Açores. Face ao período homólogo, tal representa uma degradação de 30 milhões na Região Autónoma da Madeira e uma melhoria de 33 milhões de euros na Região Autónoma dos Açores.

Para o crescimento da *Despesa Efetiva* contribuiu, fundamentalmente o aumento das *Aquisição de Bens e Serviços* (8,3%) bem como das *Despesas com Pessoal* (7,5%). Em sentido inverso verificou-se a diminuição da despesa com *Juros e Outros Encargos* (-50,7%).

Do lado da receita, salienta-se o aumento de 2,2% das *Transferências do Orçamento do Estado*. Em sentido oposto, é de referir a diminuição na *Receita Fiscal* (-7,7%).

Figura 2.23. Execução Orçamental da Administração Regional



Fonte: DGO.

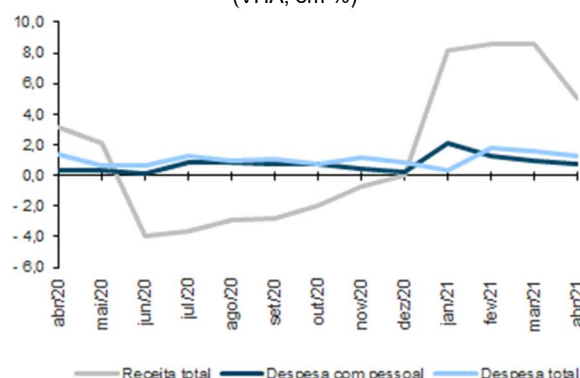
Administração Local

O saldo do subsector da Administração Local até ao final de abril, aumentou 87 milhões de euros face ao registado no período homólogo, atingindo 184 milhões de euros. Para tal contribuiu o aumento da *Receita Efetiva* (5%) que mais que compensou a subida da *Despesa Efetiva* de 1,3%.

Para este comportamento da receita, contribuiu o aumento das *Transferências Correntes do Orçamento do Estado* (7,5%), devido sobretudo às *Transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro* (8,6%) e no âmbito da *Participação do IRS* (7,8%) assim como das *Taxas Multas e Outras Penalidades* (2,1%).

O comportamento da despesa assenta no aumento das *Despesas com Pessoal* (0,8%) e na subida das *Transferências Correntes* de 7%. Em sentido oposto esteve a *Aquisição de bens e serviços* (-1,1%).

Figura 2.24. Execução Orçamental da Administração Local
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2020	2021		2020	2021	
	jan a abr			jan a abr		
	10 ⁶ euros	VHA (%)		10 ⁶ euros	VHA (%)	
Receita Total	838	867	3,5	2 295	2 385	5,0
Impostos	483	445	-7,7	566	548	0,7
Transferências correntes	205	222	8,1	989	1 081	10,1
Transferências de capital	105	115	10,0	240	262	3,8
Despesa Total	751	776	3,4	2 120	2 201	1,3
Pessoal	333	358	7,5	753	763	0,8
Aquisição de bens e serviços	183	198	8,3	631	628	-1,1
Juros e outros encargos	35	17	-50,7	10	8	2,2
Transferências correntes	69	71	1,6	236	268	7,0
Investimento	29	27	-5,9	358	380	2,1
Transferências de capital	80	71	-11,2	70	80	1,4
Saldo Global	87	91	-	175	184	-

Fonte: DGO

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

De acordo com o Banco de Portugal, no final de março de 2021, a dívida pública atingiu 275 268 milhões de euros, um aumento de 1 179 milhões de euros face ao mês anterior e mais 4 776 milhões de euros que no final de 2020.

A dívida líquida de depósitos das administrações públicas registou um crescimento de 1 625 milhões de euros face ao verificado no final de fevereiro e mais 3 880 milhões de euros que no final do ano de 2020 com os depósitos a diminuir 446 milhões face ao final de fevereiro.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	31/12/2020	28/02/2021	31/03/2021
Administrações Públicas	270 492	274 089	275 268
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	278 242	282 225	283 098
Administração Regional e Local	10 649	10 651	10 641
Segurança Social	3	1	1
Consolidação entre subsectores	18 401	18 788	18 472
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	19 694	20 777	20 555
Depósitos das Administrações Públicas	23 905	25 247	24 801

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

A dívida não financeira das Administrações Públicas atingiu 1 568 milhões de euros em março, um aumento de 10 milhões de euros face ao mês anterior, e mais 139 milhões de euros que em final de 2020. A variação mensal resultou do aumento da dívida não financeira da Administração Regional (17 milhões de euros), parcialmente compensada pela diminuição de 7 milhões verificada na Administração Central.

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2020 dez	2021 mar	2021 abr
Administrações Públicas	1 429	1 559	1 568
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	450	518	510
Administração Regional	75	138	155
Administração Local	903	903	903
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

Os pagamentos em atraso das Administrações Públicas (dívidas por pagar há mais de 90 dias) averbaram 645 milhões de euros em abril, correspondendo a um aumento de 82 milhões face ao mês anterior, e de 257 milhões face ao final de 2020. A variação resulta, em grande medida, do aumento verificado nos Hospitais EPE (mais 79 milhões de euros em relação ao mês anterior).

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2020 dez	2021 mar	2021 abr
Administrações Públicas	388	563	645
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	26	34	43
SNS	3	5	5
Hospitais EPE	147	312	390
Empresas Públicas Reclassificadas	31	31	31
Administração Regional	125	124	120
Administração Local	57	57	57
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	0	0	0
Empresas públicas não reclassificadas	0	0	0
Adm. Públicas e outras entidades	389	563	646

Fonte: DGO.

Dívida Direta do Estado

Em abril, a dívida direta do Estado atingiu 270 038 milhões de euros, uma diminuição de 4 328 milhões de euros que no final do mês anterior, valor que após cobertura cambial se fixou em 269 661 milhões de euros. A amortização líquida de OT (4 035 milhões de euros) parcialmente compensada com a emissão líquida de Bilhetes do Tesouro (1 255 milhões de euros) foram as principais razões que explicam esta diminuição.

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	31/mar/21		2021 abr		30/abr/21
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	179 230	6 383	9 122	- 159	176 332
da qual: Bilhetes do Tesouro	10 964	1 255	:	:	12 219
da qual: Obrigações Tesouro	154 040	5 129	9 122	- 41	150 005
Não Transacionável	42 508	617	2 048	:	41 078
da qual: Cert.Aforro e do Tesouro	29 906	511	480	:	29 937
da qual: CEDIC e CEDIM	8 425	101	1 451	:	7 075
Prog. de Ajustamento Económico	49 628	:	:	:	49 628
Total	274 366	7 001	11 170	- 159	270 038
Dívida total após cobertura cambial	273 872	-	-	-	269 661

Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

No dia 12 de maio, a República Portuguesa efetuou dois leilões de Obrigações do Tesouro, tendo colocado, na fase competitiva, 551 milhões de euros da OT 0,3%17OUT2031, à taxa de 0,505%, e 699 milhões de euros da OT 0,9% 12OUT2035 à taxa de 0,841%.

A 19 de maio, o IGCP realizou dois leilões de Bilhetes do Tesouro, tendo colocado, na fase competitiva, 750 milhões de euros do BT 19NOV2021, à taxa média de -0,571%, e 1 000 milhões de euros do BT 20MAI2022, à taxa média de -0,536%.